



RECIBO DE EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, objetivando futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva em Equipamentos de Informática, em atendimento a todas as Secretarias do Município de Guarani/MG pelo período de 12 (doze) meses.

RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA: _____

CNPJ Nº _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ **BAIRRO:** _____

ESTADO: _____ **CEP:** _____

CONTATO: _____

TELEFONE: (XX) _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL): _____

Obtivemos cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ **de** _____ **de 2023.**

ASSINATURA

ATENÇÃO: Os interessados que retirarem o edital, DEVERÃO ENCAMINHAR ESTE COMPROVANTE, devidamente preenchido, para o setor de Licitações do município de Guarani/MG, por meio do e - mail: licitacao@guarani.mg.gov, visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa. A não remessa do recibo exime o município da responsabilidade da comunicação, por meio de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação. Esclarecemos que toda e qualquer alteração no instrumento convocatório, será obrigatoriamente disponibilizada no site www.guarani.mg.gov.br cabendo ao licitante acompanhá-la. O envio do recibo fará com que a empresa tenha acesso às informações também via e-mail.



EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023

1. EDITAL:

1.1. A Prefeitura Municipal de Guarani/MG, bem como este Pregoeiro, Márcio Costa dos Reis Filho, designado pela Portaria n.º 010, de 05 de janeiro de 2023, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e alterações posteriores, fará realizar licitação, por **MENOR PREÇO POR ITEM**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, objetivando futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva em Equipamentos de Informática, em atendimento a todas as Secretarias do Município de Guarani/MG pelo período de 12 (doze) meses.

2. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES:

2.1. **LOCAL:** Praça Antônio Carlos, nº 10, Centro, Município de Guarani, Estado de Minas Gerais
- CEP: 36.160 - 000.
Setor de Licitações, 2º Andar.

DIA: 30/05/2023 (Terça-Feira)
HORÁRIO: 13h00min

2.2. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão Presencial serão realizados no primeiro dia útil de expediente na Administração Pública Municipal de Guarani que se seguir.

2.3. No local indicado, serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão Presencial, com respeito ao (à):

- a) credenciamento dos representantes legais das licitantes interessadas em participar deste Pregão;
- b) recebimento dos envelopes "Proposta" e "Documentação";
- c) abertura dos envelopes "Proposta";
- d) divulgação das licitantes classificadas e das desclassificadas;
- e) condução dos trabalhos relativos aos lances verbais; e,
- f) abertura do envelope "Documentação" da licitante detentora do menor preço.

2.4. As decisões do Pregoeiro serão comunicadas mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM) no sítio <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/> (Decreto nº 83/2014), no átrio do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Guarani, e na



página web da Prefeitura www.guarani.mg.gov.br, pelo menos por 01 (um) dia, salvo com referência àquelas que, lavradas em ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das licitantes presentes ao evento, ou, ainda, por intermédio de ofício, desde que comprovado o seu recebimento, principalmente, quanto ao resultado de:

- a) julgamento deste Pregão;
- b) recurso porventura interposto.

2.5. O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação será respondido via e-mail no endereço eletrônico licitacao@guarani.mg.gov.br, de forma alguma será respondido por telefone.

2.6. Os interessados na participação deste certame deverão acompanhar nos sites www.diariomunicipal.com.br e www.guarani.mg.gov.br para qualquer informação de mudança de horário, dia e erratas do presente edital. Nenhuma informação será via telefone.

2.7. O Edital estará disponível para retirada pela Internet, no site <http://www.guarani.mg.gov.br/>, link "Legislação, Editais", ou no Setor de Licitações localizado à Pça Antônio Carlos, nº 10, 2º andar, mediante a entrega de um CDR vazio. As empresas deverão enviar o recibo de retirada do mesmo, ao setor de Licitação desta Prefeitura pelo email licitacao@guarani.mg.gov.br ou entregá-lo no próprio Setor na Prefeitura de Guarani, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Em caso de divergências entre o Edital disponível no site e o Edital distribuído no Setor de Licitação desta Prefeitura, prevalecerá o Edital distribuído nesta Instituição com as respectivas assinaturas.

2.8. Esta licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para o Município de Guarani.

3. DA LEGISLAÇÃO:

3.1. O edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

3.1.1. Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, e alterações posteriores;

3.1.2. Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores – Lei de Licitações;

3.1.3. Lei Federal nº 12.440, de 07.07.2011;

3.1.4. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.1.5. Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014;



3.1.6. demais exigências deste edital e seus anexos.

3.2. Para efeito deste edital devem ser consideradas algumas definições importantes, tais quais:

3.2.1. **Pregão** - modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais;

3.2.2. **Bens e Serviços Comuns** - aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser concisa e objetivamente definidos no objeto do edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado;

3.2.3. **Termo de Referência** - documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços e condições praticados no mercado;

3.2.4. **Município de Guarani** - ente licitador;

3.2.5. **Participante** - pessoa jurídica que adquiriu o presente edital e seus elementos constitutivos/anexos;

3.2.6. **Licitante** - pessoa jurídica habilitada neste procedimento licitatório; e,

3.2.7. **Licitante vencedora** - pessoa jurídica habilitada neste procedimento licitatório e detentora da proposta mais vantajosa, a quem for adjudicado o objeto deste Pregão.

3.2.8. **Órgão Aderente** – órgão ou entidade de outra esfera de Governo que adere à Ata de Registro de Preços.

4. CONDIÇÕES DO OBJETO:

4.1. O objeto do presente edital é o **REGISTRO DE PREÇOS**, objetivando futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva em Equipamentos de Informática, em atendimento a todas as Secretarias do Município de Guarani/MG pelo período de 12 (doze) meses.

5. PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. A Ata de Registro de Preços, a ser firmada entre o Município de Guarani, e a (s) empresa (s) vencedora (s) do certame, terá validade de até **12 (doze) meses**, a partir da data de assinatura.



5.2. **VALOR ESTIMADO** – O valor estimado para este Registro de Preços é de até **R\$ 58.930,65 (cinquenta e oito mil novecentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos)**, sendo que o mesmo gera apenas expectativa de contratação, uma vez que o MUNICÍPIO poderá comprar a quem deste valor.

5.3. É facultada aos órgãos ou entidades dos Municípios do Estado de Minas Gerais a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, para prestação dos serviços ora licitados, nos termos da legislação aplicável.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

6.1. Poderão participar deste Pregão quaisquer empresas que:

6.1.1. Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão Presencial, devidamente comprovada através do objeto do contrato social da empresa;

6.1.2. Atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;

6.1.3. Comproven possuir os documentos de habilitação requeridos no Capítulo – DA DOCUMENTAÇÃO.

6.2. Não poderão concorrer neste Pregão:

6.2.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

6.2.2. Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pelo Município de Guarani; ou,

6.2.3. Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

6.2.4. Empresas que não sejam microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), ou equiparadas.

7. DO PROCEDIMENTO:

7.1. No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, serão realizados pelo Pregoeiro, em Sessão Pública, o credenciamento dos participantes, o recebimento e a abertura dos envelopes “Proposta” e “Documentação” correspondentes a este Pregão, conforme disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se a estes, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993.

7.2. Não será aceita em qualquer hipótese participante:



a) Retardatário (depois de declarado encerrado o Credenciamento), a não ser como ouvinte;
ou,

b) Que trocar o conteúdo dos envelopes (trocar um (ns) papel (éis) por outro(s)).

7.3. As empresas que porventura não enviarem representante, apenas os envelopes, deverão estar atentas às formalidades mencionadas nos itens deste Edital.

7.4. Aberta à sessão, o representante legal da empresa participante deverá credenciar-se perante o Pregoeiro, comprovando possuir poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos relativos a este Pregão.

7.5. Somente poderá participar da fase de lances verbais o representante legal da empresa devidamente credenciado.

7.6. ***No mesmo ato, o Pregoeiro receberá os envelopes "Proposta" e "Documentação", em separado, procedendo, em seguida à abertura dos envelopes "Proposta" e aos seguintes procedimentos:***

7.6.1. rubrica, conferência, análise e classificação das propostas em confronto com o objeto e exigências deste edital;

7.6.2. colocação das propostas em ordem crescente de menor valor cotado para que os representantes legais das empresas participem da etapa competitiva, por meio de lances verbais;

7.7. início da etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de modo sucessivo.

OBSERVAÇÃO: Uma vez iniciada a abertura do envelope "Proposta", não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final deste Pregão.

7.8. Classificadas as propostas, e uma vez iniciada a etapa competitiva, o Pregoeiro convidará individualmente as empresas classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da empresa detentora da proposta de menor preço ofertado e as demais.

7.9. A desclassificação da proposta da empresa importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

7.10. Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



7.11. O representante da empresa participante que se abster de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, ficará excluída dessa etapa e terá mantido o seu último lance apresentado para efeito de ordenação das posturas.

7.12. A empresa participante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "Documentação", ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior à sessão.

7.13. ***Caberá ao Pregoeiro, ainda, como parte das atribuições que lhe compete durante a realização deste Pregão:***

7.13.1. conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

7.13.2. examinar a aceitabilidade da proposta ou do lance de menor valor, quanto ao objeto, decidindo, motivadamente, a respeito da escolha que vier a ser adotada;

7.13.3. adjudicar o objeto deste Pregão à licitante vencedora, detentora da proposta considerada como a mais vantajosa para o Município de Guarani, após constatado o atendimento das exigências deste edital;

7.13.4. receber, examinar e instruir os recursos contra suas decisões, relativamente a este Pregão;

7.13.5. encaminhar ao Prefeito Municipal o processo relativo a este Pregão, devidamente instruído, após ocorrida a adjudicação, com vistas à homologação deste procedimento licitatório e à contratação do objeto com a licitante vencedora.

7.14. ***Ao Prefeito Municipal caberá:***

7.14.1. decidir os recursos contra atos do Pregoeiro; e

7.14.2. homologar o resultado deste Pregão Presencial, depois de decididos os recursos porventura interpostos contra atos do Pregoeiro, e promover a celebração da Ata de Registro de Preço correspondente.

7.15. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação" em um único momento, em face do exame da proposta/documentação com os requisitos do edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

7.16. A interrupção dos trabalhos de que trata esta Condição, somente dar-se-á, em qualquer hipótese, após a etapa competitiva de lances verbais;



7.17. Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do Pregoeiro e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

7.18. Consideradas as ressalvas contidas neste edital, qualquer reclamação a respeito deverá ser feita, no ato da reunião, pelos representantes legais das licitantes presentes.

7.19. Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das empresas participantes presentes à sessão deste Pregão.

7.20. Ultrapassada a fase de análise das propostas e abertos os envelopes "Documentação" não caberá desclassificar as licitantes por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.21. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta/documentação.

7.22. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

7.23. ***A adjudicação deste Pregão e a homologação do seu objeto somente serão efetivadas:***

7.23.1. Se não houver manifestação da licitante de sua intenção de interpor recurso, devidamente registrada em ata durante o transcurso da sessão do Pregão; ou

7.23.2. Após o deferimento ou indeferimento do recurso interposto e dado conhecimento do seu resultado.

7.24. A abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação" será realizada sempre em sessão pública, devendo o Pregoeiro elaborar a ata circunstanciada da reunião, que deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e representantes presentes, e pelos membros da equipe de apoio que formularem parecer técnico sobre o julgamento deste Pregão, seja com relação às propostas ou à documentação.

7.25. Da ata de sessão pública relativa a este Pregão constarão os registros dos representantes credenciados das licitantes, das propostas escritas e dos lances verbais apresentados, da análise das propostas e dos documentos de habilitação, da manifestação da licitante de interpor recurso, sem prejuízo de outros porventura ocorridos.

7.26. ***Os envelopes "Documentos de Habilitação" não abertos ficarão em posse da Comissão Permanente de Licitação. Salvo manifestação da empresa, que será constada em***



Ata da Sessão Pública em não interesse no (s) item (ns) caso a(s) empresa (s) consagrada (s) vencedora (s) sejam desclassificadas no período de validade do processo.

8. DO CREDENCIAMENTO:

8.1. O representante legal da empresa participante deverá apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua **carteira de identidade, ou de outra equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a reunião de abertura dos envelopes** "Proposta" e "Documentação", relativos a este Pregão.

8.2. O Credenciamento será até o encerramento do Registro do último Proponente a apresentar seus envelopes, impreterivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados. Vencido esse prazo, o Pregoeiro declarará encerrado o credenciamento, momento que, não mais será aceito novos proponentes, iniciando em seguida, à abertura da sessão pública.

8.3. Os documentos de Credenciamento deverão ser apresentados na parte externa dos envelopes.

8.4. Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela empresa participante, mediante apresentação de **cópia autenticada do estatuto/contrato social (e última alteração) e instrumento público/particular de procuração, devidamente autenticado.**

8.5. A procuração deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão;

8.6. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.

8.7. Entende-se por **DOCUMENTO CREDENCIAL**:

a) Cópia autenticada da Cédula de Identidade ou CNH do representante legal da empresa;

b) Cópia autenticada do Estatuto/Contrato Social, e Última Alteração quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa participante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;



c) **Procuração, devidamente autenticada**, da empresa participante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, bem como cópia do Contrato Social na qual conste o nome do Outorgante que assina a Procuração;

d) **Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos do edital (Anexo VII do Edital).**

e) **Declaração de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo no Anexo VIII do Edital.**

f) **As documentações de credenciamento e declarações as que se referem o Anexo VII e Anexo VIII deste Edital são exigidas, também, para as empresas que não estiverem com representantes no dia do certame. Neste caso deverão enviá-las num terceiro envelope.**

8.8. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

9. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

9.1. Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo deste edital, cada empresa participante deverá apresentar ao Pregoeiro, simultaneamente, sua proposta de preços e documentação, em **envelopes separados, fechados e rubricados** no fecho e, de preferência, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, **além da razão social da licitante**, os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI/MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2023
PROPOSTA - ENVELOPE Nº 01**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI/MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2023
DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE Nº 02**

9.2. Caso a empresa não envie representante à sessão, apenas os envelopes, deverá observar, ainda, a seguinte formalidade:

a) Os envelopes mencionados acima, (Habilitação e Proposta), bem como ainda, toda a documentação solicitada para o credenciamento, deverão estar contidos dentro de outro envelope com os seguintes dizeres:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI/MG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2023

Setor de Licitação/ Pregão/2º Andar

A/C: Sr. Márcio Costa dos Reis Filho - Pregoeiro

Endereço: Praça Antônio Carlos, nº 10, Centro, Município de Guarani, Estado de Minas Gerais - CEP: 36.160-000.

9.3. O Pregoeiro ou mesmo a Comissão de Licitações não se responsabilizará por eventuais atrasos na entrega dos envelopes por parte dos correios e nem diante de seu extravio, devendo os mesmos serem recebidos no setor de licitações até a data e horário definidos neste edital para abertura e sessão pública destinada aos recebimentos dos mencionados envelopes.

10. DA PROPOSTA - ENVELOPE Nº 01:

10.1. A proposta (Envelope n.º 01) deverá ser apresentada, com as seguintes exigências:

10.2. **Emitida por computador e via sistema**, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas; **NÃO SERÁ ADMITIDA DE FORMA ALGUMA PROPOSTA ESCRITA A CANETA OU LÁPIS. A EMPRESA SERÁ DESCLASSIFICADA**

10.3. Fazer menção ao número deste Pregão Presencial e conter a Razão Social da empresa licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP, e indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

10.4. **A proposta deverá conter ainda:**

10.4.1. Descrição detalhada do objeto desta licitação.

10.4.2. Indicação de preços;

10.4.3. Indicação dos prazos, conforme previsto no edital;

10.4.4. **Arquivo impresso de digitalização da proposta com chave de validação** (arquivo impresso após cadastro da proposta no sistema) necessária para acesso às propostas no momento da abertura do pregão;

10.5. Quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante.



10.6. **A proposta também deverá ser enviada por meio digital (Pen Drive, CD ou outras mídias digitais), para ser aberto no dia da sessão de abertura da licitação, devendo o licitante seguir as orientações constantes do Anexo I do edital.**

1ª Poderá ser entregue como proposta escrita o arquivo impresso da proposta digitalizada contendo todos os requisitos previstos, bem como o Anexo I, contendo também a chave de validação, necessária para acesso às propostas no momento da abertura do pregão. Este arquivo é gerado pelo sistema em formato de Word (doc).

2ª Deverá ser enviado também dentro do envelope de propostas um CD ou pen drive com o arquivo de proposta gerado pelo Sistema. Este arquivo não pode ser renomeado, pois não abrirá quando acessado.

3ª Considerando que o pregão é por item, deve ser lançado o valor unitário e total no respectivo campo, sob pena de invalidação da proposta.

4ª Os lances terão por base o valor unitário do item.

10.8. Não poderá haver divergência de valores entre a proposta digital e a proposta escrita (impressa).

10.9. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

10.10. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

10.10.1. falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta" com poderes para esse fim; e

10.10.2. a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope "Documentação".

10.11. Em caso de qualquer problema na proposta digital que impeça de anexar o arquivo ao sistema, ou até mesmo em caso de um licitante não apresentá-la, a equipe de licitação solicitará ao licitante que proceda com a digitação dos dados constantes na proposta escrita, para que assim, possa seguir com o pregão, uma vez que todo o procedimento ocorre via sistema.

OBS: Havendo divergência no descritivo constante da proposta escrita e na proposta digital, prevalecerá o conteúdo da proposta digital.



A proposta digital é necessária apenas para que o pregão seja realizado pelo sistema, não é uma exigência legal. Logo, sua ausência não pode ser motivo de desclassificação. Porém acarretará no atraso em torno no mínimo 60 (sessenta) minutos no certame para que ocorra o lançamento pelo Pregoeiro, e os licitantes não serão liberados antes da assinatura da Ata de Sessão Pública. Caso o licitante consagrado vencedor se retire do certame sem assinatura da Ata, o mesmo deverá comparecer pessoalmente dentro do prazo de 05(cinco) dias para sua devida assinatura juntamente com a Ata de Registro de Preços, pois está não poderá ser enviada por correios perante este caso, nem via e - mail com assinatura digital.

11. DOS PRAZOS:

11.1. A proposta deverá ter indicação expressa de **VALIDADE MÍNIMA DE 60 (SESSENTA) DIAS**, contados da data prevista para recebimento e abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação".

11.2. Caso os prazos de que tratam as condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

11.3. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município de Guarani, esta poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

11.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data prevista para o recebimento e abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação", sem a solicitação ou a convocação de que tratam esse Edital, ficam as concorrentes liberadas dos compromissos assumidos.

12. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:

12.1. O Pregoeiro, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste edital.

12.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Administração Pública Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão, pausar a sessão ou encerrá-la e retornando-a em uma outra data.

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, DOS LANCES E NEGOCIAÇÃO:

13.1. Para o julgamento das propostas, será considerado o **MENOR PREÇO POR ITEM**. Para que o pregão ocorra com maior eficiência, o certame é todo realizado via sistema. Assim,



deverão ser enviadas duas propostas: a proposta escrita bem como a digital, conforme o tópico “DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº 01”, do edital.

13.2. Inicialmente será feita a classificação da proposta de menor preço e daquelas apresentadas com valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), em relação ao menor preço; ou seleção das melhores propostas, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços ofertados, quando não verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços definidas no critério dos 10%. Serão colocadas as propostas em ordem decrescente de valores cotados para que os representantes legais das empresas participantes participem da etapa competitiva, por meio de lances verbais.

13.3. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, os participantes classificados poderão dar lances verbais independentemente do valor do lance escrito, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

13.4. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e crescentes.

13.5. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem valores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances, conforme legislação vigente; a palavra ao licitante, na ordem crescente dos valores.

13.6. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste edital e legislações vigentes.

13.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último valor apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

13.8. Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de maior valor e o valor estimado para o fornecimento, podendo o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido valor melhor.

13.9. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

13.10. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o valor apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de menor valor, comparando-o com os valores consignados na Estimativa de Preços, decidindo, motivadamente, a respeito.

13.11. A classificação dar-se-á pela ordem decrescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com preço de mercado e ofertar o menor valor para o item.



13.12. **Serão desclassificadas:**

- a) as propostas que não atenderem às exigências contidas neste edital; as que contiverem opções de valores alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, bem como as que não atenderem os requisitos do edital;
- b) as propostas que apresentarem valores manifestamente inexequíveis.

13.13. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

13.14. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

13.15. A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente.

13.16. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

13.17. A Lei Complementar nº 123/06 estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os arts. 42 e 43 dispõem, notadamente, acerca de prazo especial para comprovação de regularidade fiscal, e os arts. 44 e 45, acerca do exercício de direito de preferência no caso de empate ficto criado pela lei.

13.18. Na hipótese de empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, será procedido o seguinte:

- a) A ME, EPP e MEI mais bem classificada poderá, caso queira, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- b) A ME, EPP e MEI mais bem classificada será convocada para apresentar a nova proposta após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, aplicando-se a regra aos demais licitantes que se enquadrarem na hipótese de ME – EPP - MEI;

13.19. Não ocorrendo à contratação na forma do item anterior serão convocadas as remanescentes que se enquadrem como ME – EPP - MEI na ordem classificatória, para o exercício dos direitos trazidos pela Lei Complementar n. 123/06;



13.20. No caso de equivalência dos percentuais apresentados pelas ME – EPP - MEI, que se encontrem na situação descrita no item referente ao Empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a oferta;

13.21. O disposto nos itens anteriores somente se aplicará quando a melhor proposta, superada a fase de lances, não tiver sido apresentada por ME, EPP e MEI;

13.22. Neste momento, o Pregoeiro verificando que há licitante na condição de ME – EPP - MEI, em caso positivo, indagá-la-á sobre a intenção do exercício das prerrogativas trazidas pela Lei Complementar n. 123/06;

13.23. A licitante devidamente enquadrada como ME, EPP e MEI, em conformidade com a Lei Complementar n. 123/06, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências;

13.24. Será concedido à licitante vencedora, enquadrada no caput deste item, quando encerrada a fase de classificação das propostas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a regularização das pendências, prorrogáveis uma única vez, por igual período a critério do Pregoeiro e, desde que solicitado, por escrito, pela licitante;

13.25. A não regularização das pendências, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades impostas na cláusula SANÇÕES deste edital e Lei n. 8.666/93 e demais alterações posteriores, da contratação pela ordem de classificação das propostas e da revogação da licitação.

14. DA DOCUMENTAÇÃO:

14.1. Todas as participantes deverão apresentar dentro do Envelope nº 02, os documentos específicos para a participação neste Pregão, **devendo ser entregues numerados sequencialmente** e na ordem a seguir, a fim de permitir maior rapidez na conferência e exame correspondentes:

14.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

DOCUMENTAÇÃO FISCAL:

14.1.2. Prova de regularidade para com a **FAZENDA FEDERAL** mediante apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014);

14.1.3. Prova de regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do **FGTS**);



14.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**, conforme exigido na Lei Federal nº 12.440/2011;

14.1.5. Prova de regularidade para com a **FAZENDA MUNICIPAL** - Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de Débito com a Fazenda Municipal;

14.1.6. Prova de regularidade com a **FAZENDA ESTADUAL** - Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de Débito com a Fazenda Estadual;

ECONÔMICO - FINANCEIRO:

14.1.7. Certidão negativa de pedido de **FALÊNCIA E CONCORDATA** (recuperação judicial) expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja data de expedição não anteceda em mais de 90 (noventa) dias da data da abertura dos envelopes;

DECLARAÇÕES:

14.1.8. Declaração, observadas às penalidades cabíveis, de fato impeditivos a habilitação - (**Anexo V**);

14.1.9. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do Decreto Federal 4.358/2002 (**Anexo VI**).

14.1.10. Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, de plena e total aceitação dos termos do edital e seus anexos (**Anexo IX**);

14.1.11. Declaração de fato superveniente (**Anexo X**);

14.1.12. Declaração de Inidoneidade (**Anexo XI**);

14.1.13. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo **MENOS 01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para o fornecimento.

15. OBSERVAÇÕES:

15.1. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.



15.2. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

15.3. As declarações relacionadas neste edital deverão estar emitidas em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram.

15.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

15.4.1. em nome da empresa participante, com número do CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo;

15.4.2. datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura do Envelope nº 1, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor;

a) não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade é indeterminada.

15.5. OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTE PREGÃO PRESENCIAL PODERÃO SER APRESENTADOS EM ORIGINAL, POR QUALQUER PROCESSO DE CÓPIA AUTENTICADA POR CARTÓRIO COMPETENTE OU PELO PREGOEIRO, OU PUBLICAÇÃO EM ÓRGÃO DA IMPRENSA OFICIAL.

15.5.1. SÓ SERÁ POSSÍVEL A AUTENTICAÇÃO DA CÓPIA À VISTA DO ORIGINAL. NÃO É POSSÍVEL “AUTENTICAR UMA CÓPIA SIMPLES À VISTA DE UMA CÓPIA AUTENTICADA”. ALIÁS, A GRANDE MAIORIA DOS CARTÓRIOS OU TABELIONATOS TÊM A MESMA POSIÇÃO DE NÃO AUTENTICAR CÓPIA DE UMA CÓPIA AUTENTICADA.

15.6. Os documentos exigidos neste Pregão Presencial poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticada por Cartório competente ou pelo Pregoeiro, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

15.7. Os documentos solicitados neste edital, poderão ser autenticados pelo Pregoeiro ou membros da equipe de apoio a partir do original, de **08H00MIN AS 10H45MIN E DE 13H00MIN ATÉ AS 15H45MIN** do último dia útil que anteceder o dia marcado para abertura dos envelopes “Documentação”, ou até o momento anterior ao credenciamento;

15.8. serão aceitas somente cópias legíveis;

15.8.1. não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas; e



15.8.2. o Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

15.9. As empresas que se declararem microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, através da declaração de enquadramento (Anexo VII), entregue na fase de credenciamento, não poderão ser inabilitadas em razão de alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, cuja documentação deverá apresentar, mesmo que apresente alguma restrição.

15.16. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.17. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

16.1. Declarado o vencedor, caberá aos licitantes interessados manifestarem-se imediatamente e motivadamente a intenção de recorrer, devendo juntar os memoriais relativos aos recursos, registrados na respectiva Ata da Sessão Pública, no prazo de **03 (TRÊS) DIAS CONTADOS DA LAVRATURA DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA**, ficando os demais licitantes desde logo intimados na Sessão Pública para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos nas dependências da Prefeitura de Guarani.

16.2. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, tendo prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.520/2002.

16.3. O recurso interposto contra decisão do Pregoeiro poderá ter efeito suspensivo, de acordo com o caso concreto. Se o mesmo for acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.4. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Municipal, dentro de suas atribuições, poderá homologar este procedimento de licitação e determinar a contratação com o licitante vencedor.



16.5. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

16.6. O resultado do recurso estará disponível nos autos do processo licitatório e será divulgado a todos os participantes por correio eletrônico, no endereço em informarem em sua documentação, em atendimento aos princípios da Celeridade, Economia e Eficiência.

16.7. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

16.8. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

16.9. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, a autoridade competente, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital.

16.10. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

17.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o(s) item (s) objeto do certame, sendo encaminhado posteriormente ao Prefeito Municipal para Homologação do Certame.

17.1. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

17.2. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

18. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:



18.1. A (s) empresa (s) vencedora (s) deverá (ão) assinar a (s) Ata de Registro de Preços dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da publicação da homologação do certame e convocação da empresa.

18.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.3. Se as empresas licitantes adjudicatários, convocadas dentro do prazo de validade de suas propostas, deixarem de assinar a Ata de Registro de Preços, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pela Administração, o (a) Pregoeiro (a), examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

18.4. As Secretarias Requisitantes serão gerenciadoras da Ata de Registro de Preços.

18.5 Os gestores da Ata de Registro de Preços deverão realizar o controle da prestação dos serviços, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

18.6. Os preços serão registrados em conformidade com a classificação obtida, observados os critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

18.7. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

18.8. A Ata de Registro de Preços servirá para eventual e futura contratação pela Prefeitura Municipal de Guarani/MG, que poderá, também, realizar licitação específica para prestação do serviço de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

18.9. A critério da Administração, obedecida à ordem de classificação, os fornecedores, cujo(s) preço(s) tenha(m) sido registrado(s) na Ata de Registro de Preços, será (ão) convocado(s) pela Administração, mediante Ordem de Serviço, para disponibilizar os serviços na forma e prazos previstos, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, ao Edital e a Ata.

18.10. O prestador, antes de ser convocado para a retirada da Nota de Empenho, poderá requerer a Comissão Permanente de Licitação por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei



nº 8.666/93. Nessa hipótese, havendo aprovação para o cancelamento do registro, não se aplicará penalidade.

18.11. Cancelado o Registro de Preços, a Comissão Permanente de Licitação poderá convocar os demais prestadores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação, se assim for possível.

19. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

19.1. A empresa fica obrigada a prestar o serviço requerido pela Secretaria/Diretoria requisitante, dentro do prazo máximo de **01 (uma) hora**, no local indicado, conforme estabelecido na Ordem de Serviço, a qual deverá ser emitida pela mesma.

20. FORMA DE UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

20.1. Para utilização da Ata de Registro de Preços, o Setor solicitará os serviços de acordo com sua necessidade, e emitirá a Ordem de Serviço à empresa detentora da Ata.

20.2. A empresa receberá através de e-mail ou pessoalmente esta Ordem de Serviço.

20.3. ***A não realização dos serviços no prazo estabelecido de 01 (uma) hora será motivo de desclassificação e aplicação das penalidades previstas neste edital.***

20.4. O gerenciamento deste Registro de Preços, para com a regularidade conforme Lei será de responsabilidade dos servidores indicados pela Administração.

20.5. A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a efetivar as contratações, podendo realizar licitação específica para prestação de serviço de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

20.6. A Prefeitura Municipal de Guarani avaliará o mercado constantemente, promovendo as negociações ao ajustamento dos preços.

20.7. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Comissão Permanente de Licitação, através de servidor designado para tal fim, negociará com o fornecedor sua redução, caso contrário, o signatário da Ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.

20.8. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço registrado em razão de incompatibilidade deste com o preço vigente no mercado, mediante petição a ser protocolizada na sede da Prefeitura Municipal, setor de Licitações e Contratos.



20.9. O fornecedor, antes de ser convocado para a retirada da Nota de Empenho, poderá requerer à Comissão Permanente de Licitação, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

20.10. O preço registrado poderá ser cancelado ou suspenso pela Administração, mediante comunicação formalizada por correspondência com aviso de recebimento ou mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, assegurado o contraditório e da ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) O fornecedor que não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) O fornecedor que não formalizar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;
- c) O fornecedor que der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d) Em quaisquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e) O fornecedor que não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) Por razões de interesse público.

20.11. Em caso de adesão por órgão não participante da ata referente a este certame, o quantitativo decorrente das referidas adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21. DAS PENALIDADES:

21.1. A recusa pela empresa licitante em assinar a Ata de Registro de Preços e para a prestação dos serviços dos itens adjudicados, acarretará a multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total.

21.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a prestação dos serviços objeto deste Pregão Presencial acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de até 20% (vinte por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.



21.3. Nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/1993, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) falhar na execução do contrato.

21.4. Na aplicação das penalidades previstas no edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal n.º 8666/1993.

21.5. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

21.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22. DO PAGAMENTO:

22.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a prestação do (s) serviço (s), que será (ão) solicitado (s) de acordo com a necessidade da Secretaria/Diretoria Requisitante, e mediante apresentação no setor de Contabilidade/Tesouraria da Nota Fiscal com visto do funcionário responsável pelo setor, comprovando a prestação do (s) serviço (s) e dos documentos fiscais da empresa licitante atualizados.

22.2. A Nota Fiscal emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do Processo e n.º do Pregão Presencial, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do (s) produto (s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

23.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão Presencial, o MUNICÍPIO poderá garantir a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

23.1.1. advertência;



23.1.2. multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ordem de fornecimento, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

23.1.3. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

23.1.4. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

23.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir o MUNICÍPIO pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

23.3. Ficará impedida de licitar e de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

23.1.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão Presencial;

23.1.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;

23.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

23.1.4. Fizer declaração falsa;

23.1.5. Cometer fraude fiscal;

23.1.6. Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;

23.4. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a licitante vencedora estará sujeita às penalidades tratadas na condição anterior:

23.4.1. Pelo fornecimento, desconforme com o especificado e aceito;

23.4.2. Pela não substituição, no prazo estipulado, do produto recusado pelo MUNICÍPIO;

23.4.3. Pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão.



23.5. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

23.6. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Município, em relação a um dos eventos mencionados neste Edital, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

23.7. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24. DA DESPESA:

24.1. As despesas com a prestação dos serviços objeto deste Processo Licitatório está a cargo de elementos orçamentários nas seguintes dotações:

3.3.90.39.00.2.01.01.04.122.0002.2.0005 1.500.000 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE;

3.3.90.39.00.2.03.01.08.243.0008.2.0029 1.500.000 APOIO À GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR;

3.3.90.39.00.2.04.01.12.122.0010.2.0032 1.500.000 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

3.3.90.39.00.2.04.02.12.361.0010.2.0036 1.500.000 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL;

3.3.90.39.00.2.05.01.10.122.0014.2.0063 1.500.000 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE;

3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0067 1.600.000 APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA;

3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0067 1.621.000 APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA;

3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0070 1.600.000 ATIVIDADE DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO;

3.3.90.39.00.2.05.03.10.302.0014.2.0262 1.500.000 SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO;

3.3.90.39.00.2.05.04.10.305.0016.2.0082 1.600.000 DESENV.ATIV.VIGIL.SAÚDE-EPIDEM. AMBIENTAL;



3.3.90.39.00.2.05.05.10.303.0014.2.0083 1.500.000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA;

3.3.90.39.00.2.06.01.04.122.0003.2.0280 1.500.000 MANUT. ATIV. DA SECRET. DE INFRAESTRUTURA URBANA;

3.3.90.39.00.2.07.01.26.782.0024.2.0100 1.500.000 CONSERVAÇÃO DOS ACESSOS POR ESTRADAS VICINAIS;

3.3.90.39.00.2.08.01.08.122.0008.2.0106 1.500.000 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

3.3.90.39.00.2.04.02.12.365.0010.2.0040 1.500.000 APOIO A EDUCAÇÃO INFANTIL;

3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0070 1.621.000 ATIVIDADE DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO;

3.3.90.39.00.2.05.04.10.305.0016.2.0082 1.621.000 DESENV.ATIV.VIGIL.SAÚDE-EPIDEM. AMBIENTAL.

25. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

25.1. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **2º (segundo) dia útil** que anteceder a data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

25.2. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois da abertura dos envelopes de proposta ou habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

25.3. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

25.4. A solicitação de esclarecimentos, de providências ou de impugnação deverá ser comunicada ao Pregoeiro, logo após ter sido protocolizada no Serviço de Protocolo, situado no edifício-sede da Administração Pública Municipal de Guarani, localizado a Praça Antônio Carlos, nº 10, Centro.

26. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:



26.1. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão Presenciais encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Guarani/MG, Setor de Licitações.

26.2. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.

26.3. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de telefone e e-mail.

26.4. Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou por servidor da Administração. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação e estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade.

26.5. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Autoridade Competente.

26.6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro e pela Assessoria Jurídica.

26.7. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (artigo 49 da Lei n.º 8.666/1993).

27. DOS ANEXOS:

27.1. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III – Orientação Proposta Digital

ANEXO IV - Modelo de Procuração;

ANEXO V – Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo

ANEXO VI – Modelo de Declaração referente ao cumprimento do disposto no Decreto Federal 4.358/02;



ANEXO VII – Modelo de declaração de que cumpre os requisitos de habilitação;

ANEXO VIII - Modelo de declaração (Porte da Empresa);

ANEXO IX – Modelo de Declaração de aceitação aos termos do edital;

ANEXO X – Modelo de Declaração de fato superveniente;

ANEXO XI – Modelo de Declaração de Inidoneidade;

ANEXO XII- Minuta de Ata de Registro de Preços.

28. DO FORO:

28.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca do Município de Guarani/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guarani – MG, aos 09 dias de maio de 2023.

Fernando Eduardo Pinheiro Bellotti
Prefeito Municipal

Márcio Costa dos Reis Filho
Pregoeiro

PARECER JURÍDICO: Atendendo as determinações legais constantes da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como a Lei Federal n.º 10.520/2002, DECLARO estar de acordo com o presente edital.

Ricardo de Oliveira Zanella
Assessor Jurídico – OAB/MG N.º 92.615



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023**

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, objetivando futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva em Equipamentos de Informática, em atendimento a todas as Secretarias do Município de Guarani/MG pelo período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA: O serviço será necessário para desempenho dos serviços das Secretarias Municipais.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Nº Item	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.	SERV	539	R\$ 109,3333	R\$ 58.930,65

VALOR TOTAL: R\$ 58.930,65 (cinquenta e oito mil novecentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos).

4. UNIDADES DEMANDANTES:

- GABINETE;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.



4.1. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS;

3.3.90.39.00.2.01.01.04.122.0002.2.0005 1.500.000 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE;

3.3.90.39.00.2.03.01.08.243.0008.2.0029 1.500.000 APOIO À GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR;

3.3.90.39.00.2.04.01.12.122.0010.2.0032 1.500.000 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

3.3.90.39.00.2.04.02.12.361.0010.2.0036 1.500.000 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL;

3.3.90.39.00.2.05.01.10.122.0014.2.0063 1.500.000 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE;

3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0067 1.600.000 APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA;

3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0067 1.621.000 APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA;

3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0070 1.600.000 ATIVIDADE DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO;

3.3.90.39.00.2.05.03.10.302.0014.2.0262 1.500.000 SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO;

3.3.90.39.00.2.05.04.10.305.0016.2.0082 1.600.000 DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-EPIDEMIOLOGIA AMBIENTAL;

3.3.90.39.00.2.05.05.10.303.0014.2.0083 1.500.000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA;

3.3.90.39.00.2.06.01.04.122.0003.2.0280 1.500.000 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA;

3.3.90.39.00.2.07.01.26.782.0024.2.0100 1.500.000 CONSERVAÇÃO DOS ACESSOS POR ESTRADAS VICINAIS;

3.3.90.39.00.2.08.01.08.122.0008.2.0106 1.500.000 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

3.3.90.39.00.2.04.02.12.365.0010.2.0040 1.500.000 APOIO A EDUCAÇÃO INFANTIL;

3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0070 1.621.000 ATIVIDADE DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO;



3.3.90:39.00.2.05.04.10.305.0016:2.0082 1.621.000 DESENV.ATIV.VIGIL.SAÚDE-EPIDEM.
AMBIENTAL.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. Prestar os serviços, pelo preço Registrado, segundo as necessidades e requisições da Unidade requisitante.

5.2. Especificar os serviços prestados na Nota de Empenho, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3. Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

5.4. Corrigir o serviço prestado com defeito ou que vier a apresentar vício de funcionamento durante o período de garantia.

5.5. Prestar os serviços no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber às leis do consumidor.

5.6. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço, reservando a Administração o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

5.7. Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

5.8. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

5.9. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

6.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado que estejam em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela contratada.



6.3. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

6.4. Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal de serviços eletrônica, devidamente discriminada, com destaque as retenções devidas.

6.5. Conferir se os serviços prestados estão de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja a única e exclusiva responsável pelas condições especificadas.

6.6. Comunicar a contratada qualquer irregularidade na prestação dos serviços e solicitar imediatamente a troca, caso o item não esteja em conformidade com o especificado.

7. DA FORMA DE PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contado da data de liquidação da(s) nota(s) fiscal (ais) faturada (s).

7.2. O pagamento da(s) nota(s) fiscal (ais) fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento previstos no edital.

7.3. O pagamento será efetivado por meio de crédito em conta corrente do favorecido, exclusivamente, em Instituição Bancária contratada;

7.4. Juntamente com a nota fiscal, que deverá ser emitida em 02 VIAS, a contratada deverá apresentar as documentações relativas às Certidões Negativas de Débito de acordo com o art. 29 da Lei de Licitações n.º 8.666/1993.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º. 8.666 de 21 de junho de 1993, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A execução da ARP, nos termos do art. 67 da Lei n.º. 8666/93 deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante designado pelo setor.

8.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses.

9. DO LOCAL E PRAZO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1. O prazo para prestação dos serviços será de **01 (uma) hora** a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Unidade Requisitante.

9.2. O serviço deverá ser feita no endereço designado pela Unidade Requisitante.



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARANI

Processo Licitatório nº 063/2023

Pregão Presencial nº 024/2023

Prezados Senhores:

Conforme solicitação, apresentamos os valores para os serviços abaixo especificados:

Nº Item	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.	SERV	539	R\$ 109,3333	R\$ 58.930,65

VALOR TOTAL: R\$ 58.930,65 (cinquenta e oito mil novecentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos).

(local), ____ de _____ de 2023.

Assinatura
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

Validade da proposta: _____

Condições de pagamento: _____

Prazo de entrega: _____

Dados bancários:

Banco: _____ Agência: _____ Conta-Corrente: _____



OBSERVAÇÕES:

FORMULAR PROPOSTA DE ACORDO COM EXIGÊNCIAS CONTIDAS NESTE EDITAL, OBSERVANDO O DISPOSTO NOS ITENS REFERENTES À PROPOSTA, PREÇOS E PRAZOS.

IMPRIMIR PROPOSTA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA DE PREFERÊNCIA COM CNPJ.

CONSIDERANDO QUE O PREGÃO É REALIZADO VIA SISTEMA INFORMATIZADO, FORMULAR A PROPOSTA DIGITAL DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES ABAIXO.



ANEXO III

ORIENTAÇÕES PROPOSTA DIGITAL E IMPRESSA

A Ferramenta para lançamento de propostas digitais é utilizada para Processos Licitatórios onde suas propostas de preço deverão ser importadas para apuração e deverão ser entregues na forma IMPRESSA (no envelope) e em MÍDIA DIGITAL (Pen Drive, CD, Disquete, e outras mídias digitais).

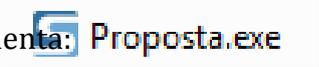
Essa ferramenta estará disponível para download através do link:

<http://proposta.siplanweb.com.br/proposta-2.01.1.exe>

Ao clicar nesse link, automaticamente, abrirá uma tela onde será salvo o arquivo executável [proposta-2.01.1.exe](#). Confirme o local a ser salvo e execute o arquivo. Inicialmente aparecerá a tela com o endereço onde será instalada a ferramenta.

Clique em “Executar”;

Confirme o endereço onde a ferramenta será instalada e clique em “Extrair”. Essa ação, disponibilizará a ferramenta instalada, para uso.

Na pasta escolhida, o sistema disponibilizará a ferramenta: 

Execute a ferramenta e clique no botão “Abrir Arquivo”.

Escolher o arquivo enviado pela CPL (Comissão Permanente de Licitação) do Município.

Esse arquivo é gerado de duas maneiras:

- 1  prop|18008862000126|0000|180|2017|db
- 2  prop|18008862000126|05475103000121|180|2017|db

- O Primeiro, que é formado por: CNPJ da Prefeitura – Número do Processo – Ano do Processo
- O Segundo, que possui fornecedor de destino, é formado por: CNPJ da Prefeitura – CNPJ ou CPF do Fornecedor – Número do Processo – Ano do Processo.

Ao executar a ferramenta baixada, será aberta a tela para preenchimento das informações cadastrais do fornecedor e propostas.

- Conferir se a versão é igual ou superior à
- Preencher ou completar os dados cadastrais do fornecedor dando atenção obrigatória aos campos em VERMELHO.
- Ao concluir o preenchimento, clique em “Salvar dados do Fornecedor”.

Após confirmar os dados do fornecedor, o próximo passo é informar as propostas. Para isso, clique em “Lotes”.



Dependendo do “Tipo de Processo”, as abas que serão habilitadas são ITENS e LOTES. Clique na que estiver habilitada.

Ao clicar na aba correspondente, será aberta a tela para informações dos preços propostos para os itens da licitação.

Para incluir o valor dos itens, marque o item e clique na opção “Itens”, ou dê um “duplo clique” sobre o item.

Após lançamento das propostas, conferir e clicar no botão “Confirmar Propostas”.

Após confirmação das propostas, serão habilitados os botões:

- * “Imprimir Recibo” (Gera um documento com chave de validação da proposta que deverá ser encaminhado em envelope fechado, juntamente com a proposta digital).
- * “Exportar” (Converte o documento com validação em um documento “word” que possibilita a impressão do documento em papel timbrado do fornecedor e não deverá sofrer nenhum tipo de alteração).
- * “Gera Arquivo” (Gera a proposta digital e deverá ser salva em pen drive, CD, disquete, e outras mídias digitais)

OBS: Ao clicar no botão “Gera Arquivo”, a ferramenta automaticamente abrirá a tela onde o arquivo foi salvo, evitando assim a inclusão de arquivo errado.

- O Botão “Reabrir Propostas” fica disponível após a confirmação, e servirá para edição posterior, salientando a obrigatoriedade de se finalizar novamente, caso haja alteração dos valores propostos.



A formatação do arquivo a ser encaminhado à Prefeitura no dia marcado para o certame, terá a seguinte formatação:

 2_prop_18008862000126_05475103000121_180_2017.db



ANEXO IV

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento a empresa _____ estabelecida (endereço), com ato consecutivo (e/ou última alteração) registrado(s) sob nº _____, no (a) _____, por seu representante legal adiante assinado, Senhor (a) _____, (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, identidade, CPF) nomeia e constitui seu procurador _____, (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, identidade, CPF), outorgando-lhe poderes “*ad extra judicia*” para fim específico de representação da citada outorgante, durante o procedimento licitatório instaurado sob modalidade de Pregão Presencial nº 024/2023 – Processo Licitatório nº 063/2023 pela Prefeitura Municipal de Guarani- MG, no termos das respectivas condições constantes no Edital, podendo o referido (a) procurador (a) encaminhar e/ou apresentar documentos de habilitação e ou propostas, impugnar proposta, dar lances, assinar atas, interpor e subscrever recursos administrativos, firmar quaisquer documentos pertinentes à sobredita licitação, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, dando-se tudo por bom, firme e valioso.

Local, data.

**ASSINATURA
(FIRMA RECONHECIDA DO OUTORGANTE)
(DOCUMENTO DEVIDAMENTE AUTENTICADO)**



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA FATO IMPEDITIVO

DECLARO, sob as penas da Lei, a Inexistência de Fatos Impeditivo que obstaculizem a habilitação no Pregão Presencial nº 024/2023 – Processo Licitatório nº 063/2023, referentes à empresa _____, CNPJ _____, com sede na _____.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data

Nome e assinatura da Licitante

Observação: emitir em papel que identifique a empresa participante.



ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO DECRETO
FEDERAL 4.358/02**

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no **inciso V do art. 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993**, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

OBS: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data

Nome e assinatura da Licitante

Observação: emitir em papel que identifique a empresa participante.



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE PLENAMENTE AO EDITAL

Nós, da empresa, _____, CNPJ nº _____, localizada
no Município de _____, Estado de _____, afirmamos que estamos cientes de todos os termos do Edital referente ao Pregão Presencial nº 024/2023 – Processo Licitatório nº 063/2023, do Município de Guarani, Estado de Minas Gerais, e que cumprimos a todas as exigências contidas no mesmo.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data

Nome e assinatura da Licitante

Observação: emitir em papel que identifique a empresa participante.



ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO (PORTE DA EMPRESA)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, localizada (endereço), através de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____ inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(Incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data

Nome e assinatura da Licitante

Observação: emitir em papel que identifique a empresa participante.



ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

A empresa _____, localizada (endereço) através de seu representante legal, Sr.(a) _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Guarani - MG, na modalidade Pregão Presencial nº 024/2023 - Processo Licitatório nº 063/2023, que dá plena e total aceitação aos termos do edital e seus anexos.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data

Nome e assinatura da Licitante

Observação: emitir em papel que identifique a empresa participante.



ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE

A empresa _____, localizada (endereço), através de seu representante legal, Sr.(a) _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Guarani - MG, na modalidade Pregão Presencial nº 024/2023 - Processo Licitatório nº 063/2023, que comunicará fato superveniente e impeditivo de habilitação.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data

Nome e assinatura da Licitante

Observação: emitir em papel que identifique a empresa participante.



ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

A empresa _____, localizada (endereço) através de seu representante legal, Sr.(a) _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Guarani - MG, na modalidade Pregão Presencial nº 024/2023 - Processo Licitatório nº 063/2023, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO em qualquer de suas esferas.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data

Nome e assinatura da Licitante

Observação: emitir em papel que identifique a empresa participante.



ANEXO XII

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GUARANI E A EMPRESA _____, SOB CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

Ata de Registro de Preços que celebram entre si, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI/MG**, portadora do CNPJ sob nº 18.338.160/0001-00, com sede a Praça Antônio Carlos, nº 10, Centro, Município de Guarani, Estado de Minas Gerais – CEP: 36.160 – 000, representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal **FERNANDO EDUARDO PINHEIRO BELLOTTI**, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado como **CONTRATADA**, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede à _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, CEP: _____, neste ato representada pelo **SR (A)**. _____ devidamente inscrito (a) no CPF sob o n.º _____, com fundamento no Pregão Presencial nº 024/2023 – Processo Licitatório nº 063/2023, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO:

- 1.1. Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços, objetivando futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva em Equipamentos de Informática, em atendimento a todas as Secretarias do Município de Guarani/MG pelo período de 12 (doze) meses.
- 1.2. A prestação dos serviços objeto desta Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de Nota de Empenho de despesa, após a emissão da Ordem de Serviço pela Diretoria/Secretaria.
- 1.3. A empresa, para fins da prestação dos serviços licitados, deverá observar as especificações constantes do Termo de Referência Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 024/2023 – Processo Licitatório nº 063/2023, que integra esta Ata como se nela estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO PREÇO ESTIMADO:

- 2.1. A Ata de Registro de Preços possui validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.



2.2. VALOR ESTIMADO – O valor estimado para este Registro de Preços é de até R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), sendo que o mesmo gera apenas expectativa de contratação, uma vez que o Município poderá comprar quem deste valor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. As Secretarias/Diretorias solicitarão os serviços de acordo com o preço registrado e de acordo com a sua necessidade, e emitirá Ordem de Serviço à empresa detentora da Serviço.

3.2. A empresa receberá através de e-mail ou pessoalmente esta Ordem de Compra.

3.3. A empresa deverá executar os serviços no prazo estabelecido de **01 (uma) hora**, no local estabelecido pela unidade requisitante.

3.4. O gerenciamento deste Registro de Preços, para com a regularidade conforme Lei será de responsabilidade dos servidores indicados pela Administração.

3.5. A Ata de Registro de Preços não obriga a Prefeitura Municipal de Guarani a efetivar as contratações, podendo realizar licitação específica para prestação de serviço de um ou mais item, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

3.6. A Prefeitura Municipal de Guarani avaliará o mercado constantemente, promovendo as negociações ao ajustamento dos preços.

3.7. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Comissão Permanente de Licitação, através de servidor designado para tal fim, negociará com o fornecedor sua redução, caso contrário, o signatário da Ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.

3.8. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço registrado em razão de incompatibilidade deste com o preço vigente no mercado, mediante petição a ser protocolizada na sede da Prefeitura Municipal, setor de Licitações.

3.9. O fornecedor, antes de ser convocado para a retirada da Nota de Empenho, poderá requerer à Comissão Permanente de Licitação, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

3.10. O preço registrado poderá ser cancelado ou suspenso pela Prefeitura Municipal de Guarani - MG, mediante comunicação formalizada por correspondência com aviso de



recebimento ou mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, assegurado o contraditório e da ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o fornecedor que não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) o fornecedor que não formalizar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;
- c) o fornecedor que der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d) em quaisquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e) o fornecedor que não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público.

3.11. Em caso de adesão por órgão não participante da ata referente a este certame, o quantitativo decorrente das referidas adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO REGISTRADO, CONTATO E FORMA DE PAGAMENTO:

4.1. Do preço registrado:

Nº Item	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.	SERV	539	R\$	R\$

4.2. A Ordem de Compra deverá ser enviada no e - mail:_____. O contato telefônico com a empresa é (xx)_____.

4.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega do (s) produto (s), que será (ão) solicitado (s) de acordo com a necessidade da Diretoria Requisitante, e mediante apresentação no setor de Contabilidade/Tesouraria da Nota Fiscal com visto do funcionário responsável pelo setor, comprovando a entrega da mercadoria e dos documentos fiscais da empresa licitante atualizados.



4.4. Os valores não sofrerão qualquer reajuste, nos termos da legislação vigente, e somente poderão ser alterados com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, mediante requerimento do CONTRATADO e com comprovação documental, os quais serão analisados de acordo com o que estabelece o artigo 65, em seu inciso II, alínea d.

CLÁUSULA QUINTA- DOS ENCARGOS:

5.1. O preço inclui todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, seguros, mão de obra, e equipamentos, sendo estes exclusivamente por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES:

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer ocorrência que impeça a prestação do (s) serviço (s) contratado (s);

6.1.2. Manter durante o período contratual as mesmas condições de habilitação, que poderão ser solicitadas a qualquer tempo;

6.1.3. Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido.

6.2. DO CONTRATANTE:

6.2.1. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços;

6.2.2. Executar as entregas na forma e nos prazos solicitados pela Diretoria/Secretaria requisitante.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA RESCISÃO:

7.1. A Ata de Registro de Preços reconhece o direito da Administração de rescindir unilateralmente a mesma, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas, com base no artigo 77, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

7.2. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n.º 8666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.



7.3. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

CLÁUSULA OITAVA- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

8.1. As despesas com o (s) serviço (s) objeto desta licitação, mediante a emissão de Nota de Empenho ordinário, estão a cargo dos elementos orçamentários próprios nas seguintes dotações:

3.3.90.39.00.2.01.01.04.122.0002.2.0005 1.500.000 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE;

3.3.90.39.00.2.03.01.08.243.0008.2.0029 1.500.000 APOIO À GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR;

3.3.90.39.00.2.04.01.12.122.0010.2.0032 1.500.000 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

3.3.90.39.00.2.04.02.12.361.0010.2.0036 1.500.000 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL;

3.3.90.39.00.2.05.01.10.122.0014.2.0063 1.500.000 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE;

3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0067 1.600.000 APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA;

3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0067 1.621.000 APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA;

3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0070 1.600.000 ATIVIDADE DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO;

3.3.90.39.00.2.05.03.10.302.0014.2.0262 1.500.000 SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO;

3.3.90.39.00.2.05.04.10.305.0016.2.0082 1.600.000 DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-EPIDEMIOLOGIA AMBIENTAL;

3.3.90.39.00.2.05.05.10.303.0014.2.0083 1.500.000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA;

3.3.90.39.00.2.06.01.04.122.0003.2.0280 1.500.000 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA;

3.3.90.39.00.2.07.01.26.782.0024.2.0100 1.500.000 CONSERVAÇÃO DOS ACESSOS POR ESTRADAS VICINAIS;

3.3.90.39.00.2.08.01.08.122.0008.2.0106 1.500.000 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;



3.3.90.39.00.2.04.02.12.365.0010.2.0040 1.500.000 APOIO A EDUCAÇÃO INFANTIL;

3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0070 1.621.000 ATIVIDADE DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO;

3.3.90.39.00.2.05.04.10.305.0016.2.0082 1.621.000 DESENV.ATIV.VIGIL.SAÚDE-EPIDEM. AMBIENTAL.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1. O atraso que exceder ao prazo fixado para entrega das mercadorias, acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de até 20% (vinte por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado;

9.2. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de fraude ou falha a execução do contrato;

9.3. Na aplicação das penalidades previstas no edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal n.º 8666/1993.

9.4. A Contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, pelo não cumprimento de qualquer destas cláusulas contratuais e condições dispostas no edital. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração da Prefeitura Municipal de Guarani poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência;

9.4.2. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ordem de fornecimento, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

9.4.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

9.4.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da Prefeitura Municipal de Guarani, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

9.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração da Prefeitura Municipal de Guarani pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

9.5. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

9.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca do Município de Guarani – MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais provenientes do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á pelas normas estabelecidas na Lei Federal 8666/1993 e suas posteriores alterações, bem como a Lei federal n.º 10.520/2002.

11.2. Justos e contratados firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Guarani – MG, ___ de _____ de 2023.

MUNICÍPIO DE GUARANI/MG
Fernando Eduardo Pinheiro Bellotti
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA



TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
Assinatura: _____ Assinatura: _____
CPF: _____ CPF: _____

ASSESSORIA JURÍDICA:

Atendendo às determinações contidas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como a Lei Federal n.º 10.520/2002, declaro estar de acordo com a presente Ata de Registro de Preços.

Ricardo Oliveira Zanella
Assessor Jurídico – OAB/MG Nº 92.615